

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A atuação da Instituição está plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégia de diversificação dos negócios em vários segmentos do mercado, assim como parcerias com grandes fabricantes, principalmente nos setores automotivo, aeronaves e de máquinas e equipamentos, destacando-a como uma das principais arrendadoras no mercado nacional.

No final do exercício, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 248 milhões, correspondendo a R\$ 10.496,16 por ação e Patrimônio Líquido de R\$ 3.403 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 7,27% sobre o Patrimônio Líquido. A Instituição possui participação societária nas empresas Aquarius Holdings Ltda. e Serel Participações em Imóveis S.A.

Em 31 de dezembro de 2019, o total de Ativos somava R\$ 11.401 milhões, destacando-se R\$ 6.395 milhões em Títulos e Valores Mobiliários e R\$ 2.704 milhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, registrados a valor presente. O total de captações estava represen-

tado por R\$ 6.015 milhões de Debêntures e o saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado das operações de arrendamento mercantil representava R\$ 1.285 milhões. A Instituição possuía 4.692.374.984 debêntures de sua própria emissão em tesouraria, no valor de R\$ 106.382 milhões.

Em 30 de agosto e 29 de novembro de 2019, foram provisionados Juros Sobre o Capital Próprio aos acionistas, de R\$ 181 milhões e R\$ 27 milhões, respectivamente. Os valores provisionados serão pagos até 31 de dezembro de 2020.

Em conformidade com a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, a Bradesco Leasing, no período, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa. Outros serviços prestados pelos auditores externos foram de assistência no atendimento de requerimentos relacionados a assuntos fiscais. De acordo com critérios internacionalmente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança.

Osasco, SP, 04 de fevereiro de 2020.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		Diretoria	
	2019	2018	
ATIVO			
CIRCULANTE	6.913.376	61.990.190	
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	3.446	3.246	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	6.394.907	61.914.683	
Carteira Própria	6.348.241	61.870.668	
Vinculados à Prestação de Garantias	46.666	44.015	
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(22.411)	(8.733)	
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Privado	859.700	787.647	
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(818.724)	(752.399)	
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(63.387)	(43.981)	
OUTROS CRÉDITOS	523.998	69.061	
Rendas a Receber	17	20	
Diversos (Nota 8)	523.981	69.041	
OUTROS VALORES E BENS	13.436	11.933	
Outros Valores e Bens	38.942	23.552	
Provisões para Desvalorizações	(25.506)	(14.546)	
Despesas Antecipadas	-	2.927	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	473.916	897.424	
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	1.294	1.221	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.294	1.221	
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(94.841)	(82.509)	
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Privado	1.424.349	1.089.032	
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(1.424.129)	(1.089.010)	
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(95.061)	(82.531)	
OUTROS CRÉDITOS	567.460	978.693	
Diversos (Nota 8)	567.460	978.693	
OUTROS VALORES E BENS	3	19	
Despesas Antecipadas	3	19	
PERMANENTE	4.014.110	3.454.814	
INVESTIMENTOS (Nota 9)	64.763	63.382	
No País	58.318	56.937	
Outros Investimentos	15.963	15.963	
Provisões para Perdas	(9.518)	(9.518)	
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	3.101	2.724	
Imóveis de Uso	25.444	25.056	
Depreciação Acumulada	(22.343)	(22.332)	
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 7)	3.946.246	3.388.708	
Bens Arrendados	5.532.351	5.326.918	
Depreciação Acumulada	(1.586.105)	(1.938.210)	
TOTAL	11.401.402	66.342.428	
PASSIVO			
CIRCULANTE	698.017	52.689.923	
DEPÓSITOS (Nota 11)	-	52.113.162	
Depósitos Interfinanceiros	-	52.113.162	
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 13)	533	4.563	
Finame	533	4.563	
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 15)	697.484	572.198	
Sociais e Estatutárias	176.800	21.250	
Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a)	37.284	21.366	
Diversas (Nota 15b)	483.400	529.582	
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	7.300.455	10.289.127	
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	6.015.065	8.899.974	
Recursos de Debêntures (Nota 12)	6.015.065	8.899.974	
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 13)	403	1.248	
Finame	403	1.248	
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 15)	1.284.987	1.387.905	
Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a)	295.595	296.168	
Diversas (Nota 15b)	989.392	1.091.737	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 16)	3.402.930	3.363.378	
De Domiciliados no País	2.312.267	2.312.267	
Reservas de Lucros	1.090.663	1.051.111	

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2019	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2019	2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.185.821	2.841.911	3.390.671
Operações de Crédito (Nota 7)	14.291	56.717	35.584
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7k)	701.162	1.307.607	1.310.154
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c)	470.368	1.477.587	2.044.933
DESPESA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.038.521)	(2.559.293)	(3.112.288)
Operações de Captações no Mercado (Nota 11b)	(451.565)	(1.457.720)	(2.051.989)
Operações de Empréstimos e Repasses (Nota 13b)	(44)	(117)	(315)
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7k)	(574.724)	(1.066.474)	(1.068.453)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7)	(12.188)	(34.982)	8.469
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	147.300	282.618	278.383
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(50.447)	(44.572)	(108.426)
Outras Despesas Administrativas (Nota 17)	(18.413)	(28.489)	(24.610)
Despesas Tributárias (Nota 18)	(23.007)	(44.813)	(48.540)
Resultado de Participações em Coligadas (Nota 9a)	538	1.398	2.138
Outras Receitas Operacionais (Nota 19)	22.043	63.976	89.709
Outras Despesas Operacionais (Nota 20)	(31.608)	(36.644)	(127.123)
RESULTADO OPERACIONAL	96.853	238.046	169.957
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 21)	(13.120)	(20.412)	(12.794)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	83.733	217.634	157.163
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 23)	50.427	29.918	(21.262)
Imposto de Renda	6.903	(1.257)	20.296
Contribuição Social	11.704	2.524	10.574
Ativo Fiscal Diferido	31.820	28.661	(52.122)
LUCRO LÍQUIDO	134.160	247.552	135.901
Número de ações (Nota 16a)	23.585	23.585	23.585
Lucro por ação em R\$	5.688,36	10.496,16	5.762,18

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2019	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2019	2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	83.733	217.638	157.163
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	594.080	1.019.515	959.539
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12.188	34.982	(8.469)
Depreciação e Amortização	456.157	887.020	867.284
Provisões/(Reversões) Cíveis e Fiscais	30.916	(16.940)	(23.037)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(538)	(1.398)	(2.138)
Insuficiência de Depreciação	88.693	105.065	114.113
Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	6.558	10.473	10.652
Outros	106	313	1.134
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	728.241	1.287.577	1.116.702
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(36)	(74)	5.745.181
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	24.586.940	55.519.776	(7.647.820)
(Aumento)/Redução em Interdependência	1	1	-
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	(8.008)	(15.610)	13.528
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(32.060)	(42.439)	100.756
(Aumento)/Redução em Imobilizado de Arrendamento	(803.440)	(1.549.999)	(686.554)
Aumento/(Redução) em Depósitos Interfinanceiros	(21.145.667)	(52.113.162)	52.113.162
Aumento/(Redução) em Recursos de Debêntures	(3.158.511)	(3.158.511)	-
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(1.678)	(5.081)	(13.973)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(186.944)	(181.000)	(186.507)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	(36.149)	(31.078)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais	(21.162)	(294.671)	50.523.397
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Dividendos Recebidos	-	20	30
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	-	20	30
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Aumento/(Redução) em Recursos de Emissão de Debêntures	-	273.602	(54.747.262)
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio Pagos	21.250	21.250	(281.350)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	21.250	294.852	(55.028.612)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	88	201	(4.505.185)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	3.358	3.245	4.508.431
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	3.446	3.446	3.245
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	88	201	(4.505.185)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial Coligadas	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldo em 30.6.2019	2.312.267	282.346	855.227	-	-	3.449.840
Lucro Líquido	-	-	-	-	134.160	134.160
Destinações: Reservas	-	6.708	(80.548)	-	73.840	-
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(208.000)	(208.000)
Reversão de Dividendos do 1º Semestre/2019	-	-	26.930	-	-	26.930
Saldo em 31.12.2019	2.312.267	289.054	801.609	-	-	3.402.930
Saldo em 31.12.2017	2.312.267	269.881	801.329	(5)	-	3.383.472
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	5	-	5
Lucro Líquido	-	-	-	-	135.901	135.901
Destinações: Reservas	-	6.795	(26.894)	-	20.099	-
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(156.000)	(156.000)
Saldo em 31.12.2018	2.312.267	276.676	774.435	-	-	3.363.378
Lucro Líquido	-	-	-	-	247.552	247.552
Destinações: Reservas	-	12.378	27.174	-	(39.552)	-
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(208.000)	(208.000)
Saldo em 31.12.2019	2.312.267	289.054	801.609	-	-	3.402.930

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil						
Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2019	%	2019	%	2018	%
1 - RECEITAS	1.150.948	1.101,0	2.813.849	1.072,2	3.363.925	1.635,3
1.1) Intermediação Financeira	1.185.821	1.110,9	2.841.911	1.082,9	3.405.664	1.655,6
1.2) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Reversão/(Constituição)	(12.188)	(11,4)	(34.982)	(13,3)	8.469	4,1
1.3) Outras	(22.685)	(22,8)	6.920	2,6	(50.208)	(24,4)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.026.332)	(961,5)	(2.524.311)	(961,8)	(3.135.750)	(1.524,4)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(18.405)	(17,2)	(28.477)	(10,9)	(24.602)	(11,9)
Jurídicas Propriais	(5.318)	(5,0)	(8.548)	(3,3)	(6.390)	(4,1)
Serviços Técnicos Especializados	(3.080)	(2,9)	(5.394)	(2,1)	(4.748)	(2,3)
Seguros	(3.581)	(3,4)	(5.337)	(2,0)	-	-
Serviços do Sistema Financeiro	(2.186)	(2,0)	(3.669)	(1,4)	(5.239)	(2,5)
Processamento de Dados	(860)	(0,8)	(1.413)	(0,5)	(1.509)	(0,7)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(573)	(0,5)	(988)	(0,4)	(957)	(0,5)
Serviços de Terceiros	(744)	(0,7)	(941)	(0,4)	(466)	(0,2)
Outras	(2.063)	(1,9)	(2.187)	(0,8)	(3.293)	(1,6)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	106.211	99,5	261.061	99,5	203.573	99,0
5 - DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(8)	-	(12)	<		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi alterada para 20% de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Foram constituídos provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com os seus cálculos, a legislação e as legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e o destino de realização dos créditos tributários e como os valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentados na Nota 23.

h) Investimentos
Os investimentos em empresas coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.
Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A composição das empresas coligadas e controladas, bem como de outros investimentos, está apresentada na Nota 9.
i) Imobilizado
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.
É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano, móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de transportes - 10% a 20% ao ano e sistemas de processamento de dados - de 20% a 40% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.
A composição dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes, estão apresentados na Nota 10.

j) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)
Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.
Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ativo, sujeito a um teste de teste de segmento operacional, as UGCs para as quais o ativo foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflète o nível mais baixo no qual o ativo é monitorado para fins de reporte interno.
Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC. Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por meio de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro rata*.
k) Depósitos e captações no mercado aberto
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data de balanço, reconhecidos em base *pro rata dia*.

l) Recursos de emissão de títulos e obrigações por repasses
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata dia*.
Os recursos de emissão de títulos e obrigações por repasses estão apresentados nas Notas 12 e 13, respectivamente.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 do CMN, pela Deliberação da CVM nº 594/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança;

b) Classificação por categoria e prazo

Títulos (1)	2019			2018		
	1 a 30 dias	31 a 360 dias	Acima de 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de custo atualizável	Marcação a mercado
Títulos para negociação (3)	6.296.903	8.774	89.230	6.394.907	6.394.907	-
Letras financeiras do tesouro	-	8.774	37.892	-	46.666	-
Cotas de fundos (4)	6.296.903	-	51.338	6.348.241	6.348.241	-
Total geral	6.296.903	8.774	89.230	6.394.907	6.394.907	-

- (1) As aplicações em cotas de fundos de investimento que incluem operações compromissadas realizadas pelos respectivos Fundos de Investimentos foram distribuídas observando o percentual de participação no Patrimônio Líquido do fundo, aplicado nos papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;
No encerramento do período a Instituição possuiu R\$ 6.348.241 mil (2018 - R\$ 61.870.668 mil), aplicados em fundos exclusivos da Organização;
(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificações, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;
(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e
(4) Aplicações em cotas do Bradesco Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior Andromeda, os quais possuem ativos aplicados em renda variável.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	73	13.551
Títulos de renda fixa	1.477.514	2.031.382
Total	1.477.587	2.044.933

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Bradesco Leasing não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.
Análise de Sensibilidade - Instrução CVM nº 475/08
A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e como boa prática de governança de gestão de riscos, possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado através de medidas condizentes com as melhores práticas internacionais. Destacamos, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e alavancagem regulamentados pelo Bacen. As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras: Carteira *Trading*: composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, incluindo derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da própria carteira, e que não estejam sujeitas à limitação de sua negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.
Carteira *Banking*: composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Instituição e seus respectivos *hedges*.

	Carteira Banking (1)						R\$ mil								
	2019			2018											
	1	2	3	1	2	3									
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros						(12)	(16.175)	(31.641)	(88)	(16.432)	(31.563)			
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de preços						(33)	(2.517)	(4.825)	(6)	(627)	(1.129)			
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de moedas estrangeiras						(8)	(374)	(725)	(1)	(93)	(184)			
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial						(155)	(3.876)	(7.752)	(44)	(1.109)	(2.218)			
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações						(2.026)	(50.643)	(101.286)	(548)	(13.700)	(27.399)			
Soberanos/ <i>Eurobonds</i>	Exposições sujeitas à variação de taxas e <i>Treasuries</i>						-	-	-	(7)	(3.164)	(6.832)			
Total sem correlação	(2.345)	(73.585)	(146.229)	(706)	(33.123)	(64.825)									
Total com correlação	(2.102)	(56.628)	(112.927)	(620)	(26.792)	(52.298)									

- (1) Valores líquidos de efeitos fiscais.
As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:
Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 4,02 foi utilizado um cenário de R\$ 4,06, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 4,56% foi aplicado um cenário de 4,57%;
Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Dólar de R\$ 4,02 foi utilizado um cenário de R\$ 5,02, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 4,56% foi utilizado um cenário de 5,70%. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choques de 25% nas respectivas curvas ou preços; e
Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 4,02 foi utilizado um cenário de R\$ 6,03, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 4,56% foi utilizado um cenário de 6,84%. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choques de 50% nas respectivas curvas ou preços.

d) Modalidades e níveis de risco

	Nível de Risco				Em 2019								Em 2018		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%		
	Operações de arrendamento mercantil (valor presente)	494.297	676.850	1.354.650	15.431	14.167	5.219	204	19.739	123.152	2.703.709		2.015.734	100,0	
Total em 2019	494.297	676.850	1.354.650	15.431	14.167	5.219	204	19.739	123.152	2.703.709					
%	18,3	25,0	50,1	0,6	0,5	0,2	0,7	0,7	4,6		100,0				
Total em 2018	301.443	299.554	1.204.405	25.665	15.432	58.661	28.526	12.629	69.120			2.015.734			
%	15,0	14,9	59,8	1,3	0,8	2,9	1,4	0,6	3,3				100,0		

e) Composição das operações de crédito por nível de risco e situação de atraso

I) Níveis de risco

	Níveis de risco										Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Operações em curso normal (3)												
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	% (1)	Em 2018	% (1)
Parcelas vincendas	-	-	1.096	12.497	1.332	1.227	149	236	87.752	104.289	100,0	127.971	100,0
1 a 30	-	-	70	480	99	79	10	61	2.123	2.922	2,8	6.108	4,8
31 a 60	-	-	69	476	78	78	7	60	2.085	2.853	2,7	5.186	4,0
61 a 90	-	-	67	471	77	74	7	59	2.056	2.811	2,7	3.961	3,1
91 a 180	-	-	501	1.357	215	215	22	56	5.787	8.153	7,8	12.114	9,5
181 a 360	-	-	295	2.621	353	291	41	-	13.859	17.460	16,7	20.938	16,4
Acima de 360	-	-	94	7.092	510	490	62	-	61.842	70.090	67,3	79.664	62,0
Parcelas vincendas (2)	-	-	16	565	194	295	55	403	23.740	25.268	100,0	18.287	100,0
1 a 14	-	-	58	28	8	42	8	8	2.109	2.109	8,3	3.031	16,6
15 a 30	-	-	16	419	69	63	8	55	203	833	3,3	1.635	8,9
31 a 60	-	-	-	88	63	105	14	67	2.192	2.529	10,0	3.745	20,5
61 a 90	-	-	-	-	34	61	11	69	3.903	4.078	16,1	2.985	16,3
91 a 180	-	-	-	-	-	24	19	204	6.904	7.151	28,4	5.497	30,5
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	8.121	8.121	32,1	1.373	7,1
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	447	447	1,8	21	0,1
Subtotal	-	-	1.112	13.062	1.526	1.522	204	639	111.492	129.557	100,0	146.258	100,0
Provisão específica	-	-	-	392	152	457	102	449	111.492	113.055		62.980	

- (1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela;
(2) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é aplicada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99; e
(3) Para as operações com parcelas vincendas há mais de 14 dias ou empresas que apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

	Níveis de risco										Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Operações em curso normal (2)												
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	% (1)	Em 2018	% (1)
Parcelas vincendas	494.237	676.839	1.352.575	2.367	12.641	3.649	-	19.100	11.494	2.572.902	100,0	1.869.476	100,0
1 a 30	18.472	16.994	55.394	101	450	151	-	161	548	92.271	3,6	89.552	4,8
31 a 60	18.621	24.676	54.721	111	444	152	-	158	294	90.177	3,9	84.835	4,5
61 a 90	18.249	24.157	47.440	102	436	144	-	147	297	90.942	3,5	82.088	4,4
91 a 180	51.271	46.731	145.139	266	1.229	416	-	550	718	246.320	9,6	217.068	11,6
181 a 360	93.028	82.932	243.440	547	2.157	709	-	1.102	1.409	425.324	16,5	354.520	19,0
Acima de 360	294.596	481.349	806.441	1.240	7.925	2.077	-	16.982	8.258	1.618.868	62,9	1.041.415	55,7
Vencidas até 14 dias	60	11	963	2	-	48	-	166	1.250	-	-	-	-
Subtotal	494.297	676.850	1.353.538	2.369	12.641	3.697	-	19.100	11.660	2.574.152	100,0	1.869.476	100,0
Provisão genérica	-	3.384	13.535	71	1.264	1.109	-	13.369	11.660	44.392		62.996	
Total geral em 2019	494.297	676.850	1.354.650	15.431	14.167	5.219	204	19.739	123.152	2.703.709			
Provisão existente	759	3.444	13.574	476	1.503	1.613	109	13.818	123.152	158.448			
Provisão mínima requerida	-	3.384	13.546	463	1.416	1.566	102	13.818	123.152	157.447			
Provisão complementar	759	60	28	13	87	47	7	-	1.001	-			
Total geral em 2018	301.443	299.554	1.204.405	25.664	15.432	58.661	28.526	12.629	69.420			2.015.734	
Provisão existente	378	1.558	12.113	781	1.546	17.605	14.271	8.840	69.420	126.512			
Provisão mínima requerida	-	1.498	12.044</										

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

20) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Provisões civis.....	33.573	11.089
Outras despesas financeiras.....	1.878	3.732
Descontos concedidos.....	858	3.169
Outras (1).....	335	109.123
Total	36.644	127.123

(1) Em 2018, inclui R\$ 108.630 mil referente à baixa de depósitos fiscais.

21) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Prejuízo na alienação de outros valores e bens.....	(10.811)	(4.001)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens.....	(10.473)	(10.652)
Receita de aluguel (Nota 22a).....	872	2.229
Outras.....	-	(370)
Total	(20.412)	(12.794)

22) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (DIRETAS E INDIRETAS)

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.636/18 do CMN e a Deliberação da CVM nº 642/10, a Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Controlador		Coligadas	
	2019	2018	2019	2018

Disponibilidades (Nota 4).....	3.446	3.246	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 5a).....	1.294	1.221	-	-
Títulos e valores mobiliários.....	6.340.788	60.825.995	-	-
Operações de arrendamento mercantil.....	-	-	578	1.843
Dividendos a receber.....	-	-	17	20

Depósitos interfinanceiros (Nota 11).....	-	52.113.162	-	-
Recursos de debêntures.....	6.015.065	8.899.974	-	-
Dividendos/Juros sobre capital próprio a pagar (Nota 16c).....	176.800	21.250	-	-

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Controlador		Coligadas	
	2019	2018	2019	2018
Receitas de intermediação financeira.....	1.410.130	2.023.170	-	1.045
Despesas de intermediação financeira.....	(1.439.892)	(2.030.200)	-	(806)
Receita de aluguel (Nota 21).....	850	2.208	22	21
Despesa de comunicação.....	(80)	(161)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos funcionários e administradores da Organização.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Instituição, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador direto, em consonância com a prática da Organização.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

23) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	217.634	157.163
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3g).....	(87.053)	(70.723)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas.....	559	962
Despesas indedutíveis líquidas das receitas tributáveis.....	(5.202)	(9.306)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar).....	83.270	70.200
Outros valores (1).....	33.784	(20.765)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	29.918	(21.262)

(1) Em 2019, inclui basicamente: (i) reversão de IR e CS sobre perdas no recebimento de operações de arrendamento mercantil no montante de R\$ 32.505 mil; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	1.830	30.860
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) do exercício, sobre adições temporárias.....	28.088	(52.122)
Total dos ativos fiscais diferidos.....	28.088	(52.122)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	29.918	(21.262)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2018	Constituição	Realização/Baixa	Saldo em 31.12.2019
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	133.308	16.647	(2.655)	147.300
Provisões civis.....	37.435	11.158	(857)	47.736
Provisões fiscais.....	14.364	752	(7.013)	8.103
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos.....	500	162	-	662
Provisão para desvalorização de bens não de uso.....	5.867	9.483	(4.448)	10.902
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação.....	1	-	-	1
Outros valores.....	19.329	6.410	(1.551)	24.188
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	210.804	44.612	(16.524)	238.892
Base negativa de contribuição social.....	756	-	-	756
Total dos créditos tributários (Notas 3g e 8).....	211.560	44.612	(16.524)	239.648
Obrigações fiscais diferidas (Notas 15a e 23e).....	296.168	6.719	(7.292)	295.595
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas.....	(84.608)	37.893	(9.232)	(55.947)

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e base negativa de contribuição social

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Diferenças temporárias		Base negativa	
	Imposto de renda	Contribuição social	Contribuição social	Total
2020.....	28.269	16.961	756	45.986
2021.....	28.269	16.961	-	45.230
2022.....	22.330	13.398	-	35.728
2023.....	52.027	31.216	-	83.243
2024.....	18.413	11.048	-	29.461
Total (Nota 8).....	149.308	89.584	756	239.648

A projeção de realização de créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. Em 31 de dezembro de 2019, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 227.330 mil (2018 - R\$ 197.299 mil).

Todos os créditos tributários da Bradesco Leasing foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

As obrigações fiscais diferidas no montante de R\$ 295.595 mil (2018 - R\$ 296.168 mil) são relativas à superveniência de depreciação R\$ 216.535 mil (2018 - R\$ 223.828 mil), e atualização monetária sobre depósitos judiciais de R\$ 79.060 mil (2018 - R\$ 72.340 mil), respectivamente.

24) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil e os possíveis riscos dos bens de uso estão sob a responsabilidade da Instituição.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

Bradesco Leasing, como parte integrante da Organização adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, do gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de dezembro de 2019, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual Básico (R1);
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1); e
- Resolução nº 4.636/18 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 - R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019.

DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Luiz Carlos Trabuco Cappi

Vice-Presidente
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Membros
Milton Matsumoto
Alexandre da Silva Glüher
Josué Augusto Pancini
Maurício Machado de Minas

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Octavio de Lazari Junior

Diretores Vice-Presidentes
Marcelo de Araújo Noronha
André Rodrigues Cano
Cassiano Ricardo Scarpelli
Eurico Ramos Fabri

Diretores Gerentes
Moacir Nachbar Junior
Renato Ejnisman
Walkiria Schirrmeyer Marchetti
Guilherme Muller Leal
Rogério Pedro Câmara
João Carlos Gomes da Silva
Bruno D'Ávila Melo Boetger

Diretores Adjuntos
José Ramos Rocha Neto
Leandro de Miranda Araujo
Antonio José da Barbara

Diretores
Leandro José Diniz
Renata Geiser Mantarro
José Gomes Fernandes

Diretor de Relações com Investidores
Leandro de Miranda Araujo

Silvio José Alves
Contador – CRC 1SP202567/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da
Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
Osasco - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas nº 3f.V e 7b às demonstrações contábeis. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

• Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa - PCLD

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3f e 7i, para fins de mensuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, cujo valor total apresentado nas demonstrações contábeis é de R\$ 158.448 mil, a Instituição classifica suas operações de arrendamento mercantil em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como atraso, situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A Instituição aplica, inicialmente, os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa, suas estimativas com base em estudos internos (provisões específica e excedente). A classificação das operações de arrendamento mercantil em níveis de risco, bem como os percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolvem premissas e julgamentos da Instituição, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Instituição quanto às perdas. Devido à relevância das operações de Arrendamento Mercantil e às incertezas relacionadas à estimativa da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de arrendamento mercantil, bem como as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") dos clientes que suportam a classificação das operações e as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa. Adicionalmente avaliamos também, com base em amostragem, se a Instituição atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, relacionados com a apuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 3f e 7i.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequado o saldo de provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, bem como as respectivas divulgações da Instituição, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstrações do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tornadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, poder fazer se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Instituição.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio e do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 12 de fevereiro de 2020



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-028567/F

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2